



Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2026, vinculado ao Processo Digital nº 14516/2026

UASG: 987563 – Compras.gov.br nº 90039

O Município de Foz do Iguaçu - PR, com sede na Praça Getulio Vargas nº 280 - CEP 85851-340 torna público para conhecimento de todos os interessados, que no dia e hora indicadas, será realizada licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que será regido pela **Lei Federal N.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 32.398/2024, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, Lei Complementar nº 147/2014 com as alterações posteriores, e, no que couber**, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

DATAS RELATIVAS AO CERTAME

- **Pedidos de esclarecimentos:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura;
- **Impugnações:** até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura;
- **Recebimento das propostas:** até as 09 horas do dia **14/07/2026**;
- **Abertura e avaliação das propostas:** dia **14/07/2026**, a partir das 09:00 horas;
- **Início da sessão pública / lances:** dia **14/07/2026**, às 09:00 horas

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Das publicações do Edital de licitação e anexos:

O Edital de Licitação e seus anexos serão publicados no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), sítio eletrônico www.foz.pr.gov.br e os extratos no Diário Oficial do Município de Foz do Iguaçu, Diário Oficial do Estado do Paraná, Diário Oficial da União (quando a licitação comportar recursos federais) e Jornal de Circulação Estadual.

ENDEREÇOS:

PREGOEIRO: Julio César Nunes de Almeida

Fone: (45) 3521-1374 – email: julio.pmf@gmail.com

Horário de expediente: das 08h às 14h.

ENDEREÇOS: Praça Getulio Vargas, nº 280 – Foz do Iguaçu – PR.

Acesso identificado no link – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Integram este Edital, como se nele estivessem transcritos, os anexos abaixo relacionados, dispostos na seguinte ordem:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo II – Modelo de Declaração Anticorrupção;
- Anexo III – Modelo de Proposta Comercial;
- Anexo IV - Modelo de DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ME E EPP;
- Anexo V – Minuta de Contrato.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente licitação, por critério de julgamento de **menor preço por lote**, tem por objeto a aquisição de 04 (quatro) motocicletas o km tipo trail e 01 (um) baú de ferramentas para caçamba para logística e segurança de equipamentos compatível, para uso na Divisão de Fiscalização Ambiental, Publicidade e Serviços Funerários,





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

vinculada à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, conforme condições, quantidades e especificações constantes, no Anexo I - Termo de Referência, e seus anexos.

- 1.2. O valor máximo da presente licitação é R\$ 141.070,16 (cento e quarenta e um mil, setenta reais e dezesseis centavos).

1.3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Dotação	Fonte de Recurso
1800718541034022514490520000	Fundo Municipal do Meio Ambiente

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Foz do Iguaçu/PR responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 2.2. Somente poderão apresentar propostas às empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

- 2.3. Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

- 2.3.1. Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;
 - 2.3.2. Tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;
 - 2.3.3. Estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Foz do Iguaçu/PR, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
 - 2.3.4. Estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;
 - 2.3.5. Mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente de linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.3.6. Encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.
 - 2.3.7. Constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
 - 2.3.8. Em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;
- 2.4. A fim de verificar as condições de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:
- 2.4.1. SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021; (observar o item 2.3.5).



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 2.4.1.1. Art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- 2.4.2. Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR <http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/licitacoes-municipais-impedidos-de-licitar/54/area/250>
- 2.4.3. Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>
- 2.5. Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

- 2.6. É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

Justificativa: Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio nesta licitação haja vista que o objeto a ser licitado não possui alta complexidade, não havendo a necessidade de reunir várias empresas de responsabilidade compartilhada para o fiel cumprimento contratual. A vedação do regime de consórcio não limitará a competitividade do presente procedimento licitatório e a vedação decorre de ato discricionário da Administração Municipal. Ademais, não é vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária por atos praticados ao longo da execução do Contrato, em especial, no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Município, caso uma das empresas, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

Para Marçal Justen Filho, “é usual que a Administração somente se autoriza a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação. O ato convocatório admitiria ou não a participação de empresas em consórcio. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: lei 14.133/21, São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 293.

Conquanto a opção pelo consórcio seja uma faculdade discricionária da Administração, essa escolha se justifica apenas sob certas circunstâncias, quando necessário aumentar a competitividade do certame em face da complexidade do objeto ou das circunstâncias do mercado. Ocorre que, no caso vertente, não se fazem presentes essas duas premissas: complexidade das aquisições pretendidas - se parcelados, conforme preconiza a lei - e peculiaridades do mercado. TCU. Acórdão 2395/2010 - Plenário.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

- 3.1. A licitante deverá cadastrar a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.
- 3.2. O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição do(s) item(ns) e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, descrevendo detalhadamente as características do objeto cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema, preço unitário por item, com até duas casas decimais após a vírgula, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 3.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, o atendimento as especificações do objeto constantes deste Edital.
- 3.4. O campo **'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado'** será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os prazos e condições:
- 3.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.
- 3.6. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.7. Condições de participação.
- 3.8. Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 3.9. Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo;
- 3.9.1.1. Declarações para fins de habilitação**
- Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório;
 - Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;
 - Cumpro as exigências de reservas de cargos previstas em lei e em outras normas específicas;
 - Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
 - Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- 3.9.1.2. Declarações de cumprimento à legislação trabalhista**
- Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante;
 - Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;
- 3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 3.11. **Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.**
- 3.12. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
- 3.13. As propostas terão validade de **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

3.13.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

4. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos

5. DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat"). Ou através do e-mail constante do preâmbulo do edital.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

5.4. Se ocorrer à desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

5.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no "chat", os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

6.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **"aberto"**, conforme procedimento estabelecido no art. 23 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

6.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 5.3.

6.3. Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

6.4. Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

6.5. A identificação não intencional, como, por exemplo, indicação de marca exclusiva, ou propriedades do documento digital, não será motivo de desclassificação do licitante.

6.5.1. Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

6.6. Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.





Prefeitura do Município de Foz de Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 6.7. Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

- 7.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

- 7.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

- 7.3. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

- 7.4. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da licitante.

- 7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

- 7.5.1. Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

- 7.6. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

- 7.7. Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

- 7.8. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.

- 7.8.1. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

- 7.9. Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexecutable.

- 7.9.1. A possibilidade de exclusão de lance inexecutable por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

- 7.10. Para a formulação dos lances, a licitante deverá observar o **intervalo mínimo de 0,25%**.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 8.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

- 8.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

- 8.3. Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

8.3.1. Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.3.1.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

8.3.1.2. Não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no caput deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada como vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

8.4. Exclusividade ou não da Licitação para ME/EPP (Lei 123/06)

8.4.1. Lote 01 (Motocicletas) Não se aplica a reserva de cota de até 25% para ME/EPP (art. 48, III, da LC 123/06). Justifica-se o afastamento deste benefício com base no Art. 49, inciso III, visto que a divisão do quantitativo de apenas 04 (quatro) unidades em itens distintos prejudicaria a economia de escala. A aquisição conjunta do lote integral é indispensável para garantir a padronização técnica da frota, o que permite a unificação de componentes, uniformidade operacional e eficiência nos processos de manutenção preventiva e corretiva, evitando a heterogeneidade de modelos que comprometeria a agilidade do serviço de fiscalização.

8.4.2. Lote 02 (Baú de Ferramentas): Este lote será EXCLUSIVO para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme o art. 48, I, da LC 123/2006. Dada a natureza do objeto, que consiste em acessório automotivo de fabricação e montagem comum, o item permite a plena participação de fornecedores locais. Fica estabelecida, ainda, a prioridade de contratação para ME/EPP sediadas local ou regionalmente (Foz do Iguaçu e Região Binacional), nos termos do Art. 48, § 3º da LC 123/06, garantindo-lhes o direito de preferência caso sua proposta não exceda em até 10% (dez por cento) o melhor preço válido, visando o fomento do comércio regional.

8.4.3. Justificativa do Afastamento (Art. 49): Ressalvados os pontos acima, não foram identificadas outras situações de dispensa do tratamento diferenciado previstas no Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo a modelagem adotada a que melhor concilia o incentivo às pequenas empresas com a eficiência e economia administrativa.

9. DO JULGAMENTO

9.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por LOTE

10. DA NEGOCIAÇÃO

10.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

10.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

10.2.1. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

11. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

11.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o **Anexo III - Modelo de Proposta de Preços**, do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

11.1.1. O prazo para envio da proposta é de, **no máximo (02) duas horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findo o prazo.

11.2. O prazo para envio da proposta é de, **no máximo (02) duas horas** a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante, antes de findo o prazo.

11.2.1. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

11.2.2. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da proposta/planilha

11.3. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, à licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

11.4. A proposta será **desclassificada** quando:

- 11.4.1. não atender às especificações técnicas solicitadas no edital;
- 11.4.2. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
- 11.4.3. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- 11.4.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

11.5. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações e exigências estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor máximo estipulado para cada item.

11.6. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

11.7. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que **a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis**, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

11.8. Se houver indícios de inexequibilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

12. DA HABILITAÇÃO

12.1. A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

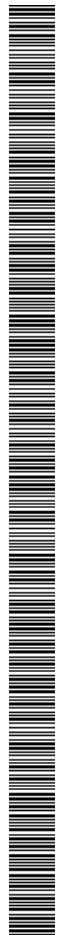




Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 12.1.1. Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III e IV, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 12.1.2. Os documentos exigidos que não estejam contemplados no SICAF ao tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.
- 12.1.3. A verificação no SicaF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 12.2. A licitante deverá apresentar a seguinte documentação comprobatória dos requisitos de habilitação, caso ela não esteja disponibilizada digitalmente no SICAF.
- 12.3. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- 12.3.1. Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** (última alteração ou a consolidação) em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e acompanhado, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores;
- 12.3.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 12.3.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- 12.3.4. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 12.3.5. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.
- 12.4. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**
- 12.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.
- 12.4.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual
- 12.4.3. Prova de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida conforme Portaria Conjunta RFB / PGFN nº.1.751 de 02/10/2014.
- 12.4.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 12.4.5. Prova de regularidade junto a Justiça do Trabalho mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos trabalhistas instituídos por lei.
- 12.4.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente.
- 12.4.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais, expedida pela Secretaria de Municipal de Finanças e Orçamento, do domicílio ou sede da proponente.
- 12.5. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**
- 12.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

12.5.2. Havendo dúvidas quanto a regularidade ou inconsistências dos atestados, o Pregoeiro realizará diligência para verificação destes, ou exigir outros documentos para comprovação (Contrato de Fornecimento e/ou Nota Fiscal), na forma previsto na lei;

12.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

12.6.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo Distribuidor Judicial competente da sede da licitante; quando não mencionar a data de validade, na mesma será considerada com validade de **12 (doze) meses**;

12.6.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

12.7. PRAZO PARA ENVIO DOS DOCUMENTOS:

12.7.1. O prazo para envio dos documentos de que trata o **item 11** é de, **no máximo (02) duas horas**, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

12.7.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

12.7.3. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedido pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

12.8. O documento que não consignar o prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 90 (noventa) dias corridos.

12.8.1. Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado;

12.9. O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

12.10. Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

12.10.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

12.10.2. Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

12.10.3. Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

12.11. As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

12.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

- 12.11.2. A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13. DA DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

- 13.1. Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.
- 13.2. **Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.**

14. DO RECURSO

- 14.1. Qualquer licitante poderá, no prazo **mínimo de 10 (dez)** minutos do término do julgamento das propostas, e **após** o ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 14.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br
- 14.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 13.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.
- 14.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 13.1.2.
- 14.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.
- 14.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 14.2.2. O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado ao Pregoeiro, nos termos §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.
- 14.3. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

16. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante a assinatura do termo de contrato, conforme modelo constante do **Anexo V – Minuta do Contrato**.
- 16.2. A adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 16.3. O prazo para assinatura do termo de contrato ou confirmação do recebimento da Nota de Empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação da adjudicatária e desde que ocorra motivo justo, aceito pelo contratante, e que seja formulada antes do decurso do prazo assinalado.
- 16.4. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.
- 16.5. Na hipótese da cláusula acima, os licitantes remanescentes poderão ser convocados, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação ou retirar o instrumento equivalente, nas condições da proposta pelo licitante vencedor.
- 16.6. Caso nenhum dos licitantes aceite contratar nos termos previstos na cláusula 15.4, administração, observados o valor estimado, poderá:
- a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;
 - b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 16.7. Por ocasião da convocação para assinatura do contrato ou para retirada da ordem de fornecimento, a contratante deverá consultar a regularidade da adjudicatária perante o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), o Cadastro do Município e o Cadastro de empresas punidas pelo TCE/PR e verificar a validade dos documentos de habilitação fiscal, social e trabalhista apresentados na licitação, por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais, certificando nos autos a regularidade e anexando os documentos obtidos.
- 16.8. Se não for possível atualizá-los por meio eletrônico, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a cláusula 15.6, mediante a apresentação das respectivas certidões vigentes, sob pena de decair do direito à contratação.
- 16.9. Para proceder a assinatura eletrônica do contrato, o responsável, pela assinatura do documento, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28.900/2021-PMFI - Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Registrar>
- 17. GESTOR DO CONTRATO**
- 17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 17.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 17.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 17.8. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, designado em portaria específica, ou por seu substituto. Compete ao Fiscal do Contrato, sem prejuízo das atribuições do Gestor, realizar o acompanhamento técnico e administrativo da execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Quanto ao acompanhamento técnico, compete ao fiscal:

- 17.8.1. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 17.8.2. Caso identificar qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 17.8.3. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 17.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 17.9. Quanto ao que compete administrativamente, o fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal.
- 17.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 17.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 17.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal.
- 17.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 17.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.
- 17.10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art.



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

- 17.11. O fiscal do contrato, em suas atribuições administrativas, comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 17.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 17.13. A Gestão da contratação será realizada em conformidade com o previsto no Art. 117 da lei nº 14.133/21, sendo exercido pelo servidor Jean Carlos Xavier Peixoto – Agente de Fiscal de Preceitos Sênior, denominado **GESTOR**;
- 17.14. A fiscalização da contratação será realizada em conformidade com o previsto no Art. 117 da lei nº 14.133/21 e documentos complementares, sendo exercida pelo servidor Jurandir do Carmo Oliveira - Agente de Fiscal de Preceitos Sênior, denominado **FISCAL**;

18. DO PAGAMENTO

Do Recebimento

- 18.1. O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens:
 - a) **provisoriamente**, de forma sumária, pelo fiscal técnico ou fiscal técnico setorial, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
 - b) **definitivamente**, pelo fiscal e gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.
- 18.2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.
- 18.3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.
- 18.4. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada.
- 18.5. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou para os casos de contratações de serviços que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 18.6. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
- 18.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega dos bens a que se referem a parcela a ser paga.
- 18.8. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o recebimento parcial do objeto.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

18.9. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de:

I - Aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;

II - Serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou único recebimento dos bens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

18.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

18.13. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

18.14. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

18.15. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

18.16. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

18.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

18.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

18.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez, qualidade e segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

• Liquidação

18.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

18.21. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

18.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.22.1. O prazo de validade;

18.22.2. A data da emissão;

18.22.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

18.22.4. O período respectivo de execução do contrato;





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

18.22.5. O valor a pagar; e

18.22.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 18.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.
- 18.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 18.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 18.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 18.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 18.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

• Prazo de Pagamento

- 18.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.
- 18.31. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.
- 18.32. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.
- 18.33. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

• Forma de pagamento

- 18.34. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 18.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 18.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 18.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 18.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 18.39. A empresa deverá providenciar seu cadastro junto ao Município de forma antecipada nos seguintes sistemas:
Para o pagamento: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/portalempresarial/aberturaprocesso/protocolo>
- 18.40. O responsável, pela assinatura do Contrato, deverá estar cadastrado no sistema (SID), do município de Foz do Iguaçu, para habilitação da assinatura eletrônica, amparado pelo decreto nº 28900/2021-PMFI. Link para cadastro: <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/PORTALSERVIDOR/Usuario/Editar>

• Do Critério de Reajuste

- 18.41. O contrato, desde que cumprido, não necessita de cláusula de reajuste/repactuação.

19. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:

- 19.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- 19.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 19.1.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 19.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 19.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 19.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 19.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 19.1.8. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 19.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 19.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- 19.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

- 19.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 19.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

19.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 19.1.2., 19.1.3., 19.1.4., 19.1.5., 19.1.6. e 19.1.7., do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

19.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas 19.1.8., 19.1.9., 19.1.10. e 19.1.11 dos subitens acima deste Contrato, bem como nas alíneas 19.1.2., 19.1.3., 19.1.4., 19.1.5., 19.1.6. e 19.1.7., que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

19.2.4. Multa:

19.2.4.1. Moratória de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) calculada sobre o total devido, por dia de atraso na entrega, sendo que a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, este será considerado como inexecução total do Contrato, incidindo sanções específicas;

19.2.4.2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, configurando inexecução parcial do contrato;

19.2.4.3. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

19.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na legislação. A dosimetria das penas, além dos fatos e provas constantes do processo administrativo, levará em consideração:

19.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

19.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

19.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

19.3.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;

19.3.5. O caráter educativo da pena.

19.4. As sanções previstas nesta seção não impedem a Administração de exigir indenizações suplementares para reparar os danos advindos da violação de deveres contratuais, apurados durante o processo administrativo de penalização;

19.5. A aplicação de uma das penalidades previstas nesta seção não exclui a possibilidade de aplicação de outras;

19.6. Ainda, nos casos em que couber, serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas e a prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências;

19.7. Caso as multas previstas no edital de licitação não sejam suficientes para indenizar os danos sofridos pela Administração, esta poderá cobrar, administrativa e judicialmente, os prejuízos excedentes, tendo, neste caso, que provar os danos, conforme dispõe o art. 416 do Código Civil Brasileiro;

19.8. Quando da aplicação de multas, o CONTRATANTE notificará a CONTRATADA que terá prazo de 10 (dez) dias para recolher à Tesouraria do CONTRATANTE a importância correspondente, sob pena de incorrer em outras sanções cabíveis;

19.9. Não será aplicada multa se, justificada e comprovadamente, o atraso na entrega advier de caso fortuito ou de força maior.



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico ao julio.pmfi@gmail.com

20.2. Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação;

20.2.1. A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

20.3. Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.4. Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro **até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública**, exclusivamente para o endereço eletrônico julio.pmfi@gmail.com

20.5. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

20.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico www.compras.gov.br para acompanhamento dos interessados;

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

21.2. Os atos normativos do Município de Foz do Iguaçu/PR referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico www.foz.pr.gov.br

21.3. As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes;

21.4. O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

21.5. É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos;

21.6. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação;

21.7. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão;

21.8. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.9. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

- 21.10.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 21.11.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.12.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.13.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.14.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.15.** As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico www.compras.gov.br de correntes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam ao Município de Foz do Iguaçu/PR, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.
- 21.16.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>
- 21.17.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.Compras.gov.br e no portal da transparência do Município www.foz.pr.gov.br.
- 21.18.** Aplica-se a este edital, no que couber, as vedações do artigo 48, da Lei Federal nº 14.133/2021.

22. DO FORO

- 22.1.** Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Foz do Iguaçu/PR, com exclusão de qualquer outro

Larissa Ferreira
Secretária Municipal da Administração
e Recursos Humanos

Magda Odette Trindade
Secretária Municipal de Finanças e Orçamento

Johnys Freitas
Secretário Municipal de Meio Ambiente Magda





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2026

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

**ANEXO II
MODELO DECLARAÇÃO ANTICORRUPÇÃO**

A
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico nº 039/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o Sr _____, DECLARA, sob as penas da lei:

Que está ciente, conhece e entende os termos das leis anticorrupção brasileiras ou de quaisquer outras aplicáveis sobre o objeto do presente contrato, comprometendo-se a abster-se de qualquer atividade que constitua uma violação das disposições destas Regras Anticorrupção, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome.

Que se obriga a conduzir suas práticas comerciais, durante a consecução do presente Contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Que na execução deste Contrato, nem a empresa nem qualquer de seus diretores, empregados, agentes ou sócios agindo em seu nome, devem dar, oferecer, pagar, prometer pagar, ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionar negócios para, qualquer pessoa, e que violem as Regras Anticorrupção.

A empresa, por si e por seus administradores, diretores, empregados, agentes, proprietários e acionistas que atuam em seu nome, concorda que contratada ou sua cliente final terão o direito de realizar procedimento de auditoria para certificar-se da conformidade contínua com as declarações e garantias dadas neste ato, mediante notificação prévia, e que deve cooperar plenamente em qualquer auditoria realizada nos termos desta Declaração. Declara neste ato que: (a) não violou, viola ou violará as Regras Anticorrupção; (b) tem ciência que qualquer atividade que viole as Regras Anticorrupção é proibida e que conhece as consequências possíveis de tal violação, inclusive a possibilidade de rescisão motivada imediata do presente contratual, independentemente de qualquer notificação, observadas as penalidades devidas.

Por ser verdade, firmamos a presente.

Local, de 2026.

Nome e carimbo do
representante legal da empresa



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III
PROPOSTA COMERCIAL
(em papel personalizado da empresa)

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____ IE _____
Endereço: _____
Tel/Fax: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
E-mail: _____
Banco:..... Codigo FEBRABAN nº..... Agência Bancaria Conta Corrente nº

A
Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contrato
Pregão Eletrônico nº 039/2026

Em atenção ao Pregão em epígrafe, apresentamos nossa proposta comercial para o fornecimento do(s) objeto(s), conforme abaixo:

Item	Especificação	UN.	QTDE	MARCA	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01						
TOTAL GERAL R\$						

Condições de Pagamento:

Prazo de Entrega:

Validade da Proposta: 90 (noventa) dias

Declaramos de que nos preços propostos encontra-se incluídos todos os tributos, frete, impostos de quaisquer natureza, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.

Local, ____ de _____ de 2026.

Atenciosamente

Representante Legal da Proponente

À

Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contratos





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO ME E EPP;

À

Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu
Diretoria de Licitações e Contratos
Pregão Eletrônico nº. 039/2026.

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº_____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)_____, declara, sob as penas da Lei, que:

a) Se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e alterações.

b) Cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, vez que sua receita bruta anual não excedeu no exercício anterior, o limite fixado no art. 3º da Lei 123/06, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar, não se enquadrando em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas na legislação citada.

c) Não ter celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, em sintonia com o §2º, do art. 4º da Lei Federal 14.133/21.

d) A pessoa jurídica não se enquadra em nenhuma das hipóteses do §4º do art. 3º da Lei Complementar 123/2016:
I. De cujo capital participe outra pessoa jurídica; II. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior; III. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício; IV. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício; V. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, em que a receita bruta global ultrapasse o limite para obtenção do benefício; VI. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo; VII. Que participe do capital de outra pessoa jurídica; VIII. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores; IX. Constituída sob a forma de sociedade por ações.

Local, _ de _____ de 2026.

Responsável legal
(carimbo, nome RG nº e assinatura)

Contador
(carimbo, nome RG nº e assinatura)



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

ANEXO V - MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/2026

O MUNICÍPIO DE FOZ DO IGUAÇU, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça Getúlio Vargas nº 280, inscrita sob o CNPJ/MF nº 76.206.606/0001-40, doravante CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Joaquim Silva e Luna e, xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, com sede à xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, doravante CONTRATADA, neste ato representado por xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa. Considerando, as atribuições legais conferidas ao gestor municipal e, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente termo contratual é a aquisição de 04 (quatro) motocicletas o km tipo trail e 01 (um) baú de ferramentas para caçamba para logística e segurança de equipamentos compatível com caminhonete L200 Triton, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e edital de licitação do Pregão Eletrônico nº ____/2026, trazido através do Processo Administrativo nº 42/2026, vinculado ao Processo/Protocolo Digital nº 14516/2026 e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação fundamenta-se na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, demais disposições legais, no que couber.

Vinculam-se a este, independentemente de transcrição e anexação, o Termo de Referência, o Edital da Licitação supracitada; a Proposta da CONTRATADA, parecer de julgamento, legislação pertinente à espécie e eventuais anexos dos documentos supracitados.

Parágrafo Primeiro - Serão incorporadas a este contrato, mediante Termos Aditivos, quaisquer modificações que sejam necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATADA, alterações no objeto, especificações, prazos e/ou normas gerais, com as devidas justificativas, em conformidade com os arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo - A assinatura do presente contrato indica que a CONTRATADA possui plena ciência de seu conteúdo, bem como dos demais documentos vinculados ao presente, sujeitando-se às normas da lei específica e a totalidade das cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

Parágrafo Terceiro - O Sistema Eletrônico Oficial Municipal utilizado para elaboração e validação legal do presente documento é o SISTEMA DE INFORMAÇÕES DIGITAIS (SID). A assinatura eletrônica e a elaboração do documento estão amparadas pelo Decreto nº 28.900, de 20 de janeiro de 2021; Lei nº 4.536, de 4 de setembro de 2017, que autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nº 3.971, de 17 de Abril de 2012 e 4.057, de 19 de Dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATUAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor global da contratação será de R\$ xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx).

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(ões): Unidade Orçamentária: 18.007 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Fundo Municipal do Meio Ambiente Função: 18 – Gestão Ambiental Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental Programa: 0340 – Cuidado com o Meio Ambiente Projeto /Ativ: 2251 – Gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente Natureza: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos de Material Permanente.



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

1. Do Recebimento - O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens: a) provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal técnico ou fiscal técnico setorial, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais; b) definitivamente, pelo fiscal e gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.
2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.
3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.
4. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada.
5. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.
7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega dos bens a que se referem à parcela a ser paga.
8. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o recebimento parcial do objeto.
9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
10. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA, EXECUÇÃO E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência da contratação é de 90 dias contados do (a) assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

7. As disposições previstas no Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.
8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme as competências definidas na legislação municipal. 8.1. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. 8.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. 8.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. 8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. 8.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
9. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal. 9.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. 10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal. 10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência. 10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações. 10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
11. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
13. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO

1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117 caput.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

2. A designação dos agentes públicos indicados para o desempenho da fiscalização foi fundamentada no art. 7º da Lei nº 14.133/2021, e conforme o Art. 22, inciso VI, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, segue dados dos gestores e fiscais ao final subscritos, bem como do Ordenador de Despesas, Johnys Freitas.
3. **A Gestão do Contrato será exercida pelo servidor Jean Carlos Peixoto, matrícula nº 9584.01, e a Fiscalização do Contrato, quem assumirá as funções tanto do Fiscal Técnico quanto do Fiscal Administrativo será o servidor Jurandir do Carmo Oliveira, matrícula nº 8223.01.**
4. No exercício de suas funções, eles incumbirão providências para o acompanhamento e a verificação do cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas para a execução regular e efetiva dos trabalhos por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DA COMUNICAÇÃO E/OU CANAIS DE CONTATO

As partes contratantes acordam que toda a comunicação relacionada a este contrato será realizada por meio eletrônico, através do(s) seguinte(s) endereço(s) de e-mail: xxxxxxxxxxxx, o qual será o meio preferencialmente utilizado para as comunicações dos agentes públicos da Administração Municipal e caso seja alterado o e-mail, a CONTRATADA deverá formalmente comunicar a Administração Municipal por meio de protocolo eletrônico formal.

Caso haja necessidade de comunicação por telefone, as partes deverão entrar em contato através dos seguintes números: xxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, em remessa única.
2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Diretoria de Manutenção de Equipamentos e Controle de Frotas – Av. José Maria de Brito, 448 – Jardim das Nações.
4. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
5. **Fazer cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (inciso XVII, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021);**
6. **A obrigação, da CONTRATADA, de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta (inciso XVI, do Artigo 92 da Lei nº 14.133 de 01 de Abril de 2021).**

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

1. Promover o cumprimento do Contrato e documentos correlatos;
2. Dirimir eventuais dúvidas da CONTRATADA;
3. Fazer cumprir os prazos descritos no Termo de Referência;
4. Efetuar os pagamentos devidos, nos termos contratados.
5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na entrega dos objetos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.
6. Fiscalizar a entrega, comunicando à CONTRATADA quaisquer fatos que necessitem sua imediata intervenção.
7. Quando solicitado, fornecer as informações e documentos exigidos, para que a CONTRATADA obtenha e mantenha válidas e vigentes as licenças aplicáveis.
8. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE

O contrato, desde que cumprido, não necessita de cláusula de reajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSTENTABILIDADE

Considerando a natureza do objeto da licitação – Aquisição de bens de capital (Motocicletas e Baú), e o fato de que os critérios de sustentabilidade mais relevantes já foram incorporados nas especificações técnicas do objeto (Motorização com Injeção Eletrônica e exigência de bens novos), não há a necessidade de inclusão de requisitos ambientais adicionais baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, além dos já previstos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

1. As partes comprometem-se a observar a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e a regulamentação municipal aplicável, tratando dados pessoais exclusivamente para as finalidades necessárias à execução, gestão, fiscalização, certificação, pagamento, controle e prestação de contas da contratação.
2. A CONTRATADA deverá adotar medidas técnicas e administrativas aptas a proteger dados pessoais contra acesso não autorizado, perda, alteração, comunicação, tratamento inadequado ou ilícito, devendo comunicar incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares ou à Administração.
3. Quando houver tratamento relevante de dados pessoais, dados sensíveis, gravações, imagem, voz, plataforma digital, credenciais de acesso ou compartilhamento de bases, o Termo de Referência ou anexo contratual poderá estabelecer cláusulas específicas de tratamento de dados, confidencialidade, segurança da informação, eliminação, devolução, armazenamento e responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS GARANTIAS DA CONTRATAÇÃO

1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.
2. Da Garantia Contratual dos Produtos - Obrigatoriedade: Como condição indispensável para a aceitação do objeto, a Contratada deverá fornecer garantia técnica para todos os itens. Prazo Mínimo: A garantia deverá ser de, no mínimo, 12 (doze) meses ou 10.000 km para as motocicletas (o que ocorrer primeiro), e de 12 (doze) meses para o baú de ferramentas, contados a partir do Recebimento Definitivo. Abrangência: A garantia deve cobrir defeitos de fabricação, falhas de vedação, ferragens e componentes mecânicos, sem qualquer ônus adicional para o Município Assistência Técnica Local: Para o Lote 1 (Motocicletas), a licitante deverá garantir a prestação dos serviços de manutenção em rede autorizada situada em Foz do Iguaçu ou região, visando à celeridade do suporte e a continuidade do serviço público. Substituição de Peças: Durante o período de garantia, peças com vício ou defeito deverão ser substituídas por itens novos e originais, mantendo o padrão de qualidade do fabricante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA MATRIZ DE RISCO

Em razão da natureza do objeto contratado, cuja execução envolve relativa complexidade, mas não configura obra ou serviço de engenharia de grande vulto e, não adota os regimes de contratação integrada ou semi-integrada, não se aplica a obrigatoriedade legal de elaboração de matriz de alocação de riscos, nos termos do art. 94 do Decreto Municipal nº 32.398/2024.





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E DA AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTOS

1. A CONTRATADA deverá manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação, qualificação e ausência de impedimentos exigidas no processo de contratação direta, compatíveis com a natureza do objeto e da CONTRATADA.
2. A Administração poderá realizar consultas aos cadastros oficiais, ao SICAF, ao cadastro municipal, ao CEIS, ao CNEP, aos cadastros dos Tribunais de Contas e a outros meios oficiais pertinentes, antes da formalização, durante a execução e antes do pagamento, quando cabível.
3. A identificação de irregularidade superveniente não afasta, por si só, o pagamento de objeto regularmente executado e recebido, mas impõe adoção das providências legais pertinentes, inclusive notificação, regularização, saneamento, retenção, apuração de responsabilidade ou extinção contratual, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA APLICAÇÃO DAS MULTAS, PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 32.398/2024, neste contrato e nos documentos integrantes do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
2. Constituem infrações sancionáveis, sem prejuízo de outras previstas em lei ou contrato: inexecução parcial ou total do objeto; atraso injustificado; execução em desconformidade com o Termo de Referência ou proposta aceita; substituição indevida de profissional ou equipe determinante; não entrega de material, certificado, relatório ou comprovante exigido; apresentação de informação ou documento falso; comportamento inidôneo; fraude na execução contratual; e prática de ato lesivo à Administração Pública.
3. Poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração: advertência; multa moratória; multa compensatória; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar; e demais medidas previstas na legislação aplicável.
4. As multas poderão ser descontadas de pagamentos devidos, da garantia contratual, quando houver, ou cobradas administrativa ou judicialmente, sem prejuízo da obrigação de reparação integral dos danos causados.
5. A aplicação de sanção não afasta a possibilidade de extinção contratual, reexecução, restituição de valores, suspensão de pagamento ou adoção de medidas necessárias à preservação do interesse público, observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. O contrato extingue-se pelo cumprimento integral das obrigações de ambas as partes, pelo recebimento definitivo do objeto e pela quitação das obrigações financeiras e acessórias, sem prejuízo de responsabilidades remanescentes previstas em lei ou contrato.
2. O contrato poderá ser extinto antes do cumprimento integral das obrigações, ou antes, do termo final por motivo previsto na Lei Federal nº 14.133/2021, por acordo entre as partes, por inadimplemento, por interesse público, por impossibilidade superveniente de execução, por cancelamento do evento ou por outra causa juridicamente admitida, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando houver imputação de responsabilidade à CONTRATADA.
3. Quando a não conclusão do objeto no prazo decorrer de culpa da CONTRATADA, esta ficará constituída em mora, sujeitando-se às sanções cabíveis, podendo a Administração optar pela extinção contratual e adotar as medidas necessárias à continuidade ou recomposição do interesse público.
4. A extinção contratual não prejudica a apuração de perdas e danos, aplicação de sanções, execução de garantia, restituição de valores, reconhecimento de obrigações efetivamente executadas ou eventual apuração de desequilíbrio econômico-financeiro juridicamente cabível.



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz do Iguaçu

ESTADO DO PARANÁ

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE à luz da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 32.398/2024, do Decreto Municipal nº 32.396/2024, do Termo de Referência, dos documentos integrantes do processo e, subsidiariamente, das normas e princípios aplicáveis aos contratos administrativos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA PUBLICIDADE E DA TRANSPARÊNCIA

A eficácia do contrato ou instrumento equivalente fica condicionada à divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, na forma do art. 94 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo da divulgação do ato que autoriza a contratação direta ou do extrato correspondente no sítio eletrônico oficial do Município, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

A eventual restrição de publicidade somente será admitida nas hipóteses legais de sigilo e deverá ser formalmente justificada nos autos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Termo de Contrato, que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Justas e Contratadas firmam as partes o presente instrumento contratual, que será assinado de forma eletrônica e/ou digital, na plataforma disponibilizada pelo Município de Foz do Iguaçu, garantida a eficácia das Cláusulas, publicado ainda em diário oficial do município, para que produza seus efeitos legais.

Foz do Iguaçu/PR, xx de xxxxxxxxxxxx de 2026.

Documento assinado de forma digital/eletrônica, cfe Decreto nº 28.900/2021-P



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

Versão 2.0 - SMAD/DILC - Atualizada em 17 jan.2025

PROCESSO DIGITAL LICITATÓRIO Nº14.516/2026 (PROCESSO INTERNO 42/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Secretaria requisitante: Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento da Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu.

1.2. Definição do objeto: Aquisição de bens de equipamento e material permanente, sendo especificamente quatro motocicletas 0 km tipo *trail* e um baú de ferramentas para caçamba para logística e segurança de equipamentos compatível com caminhonete L200 Triton, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM/LOTE	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	CÓD. INTERNO	UNID. MEDIDA	QUANT.	PREÇO UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL
01	Motos <i>trail</i> 0 km	318890	60000445	UN	04	34.830,34	139.321,36
02	Baú de ferramentas p/ caçamba (Triton)	213918	60000446	UN	01	1.748,80	1.748,80
Valor Total de Referência:							141.070,16

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 31, §1º do Decreto Municipal nº 32.398, de 28 de março de 2024.

1.4. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, destinados à mobilidade operativa e suporte logístico.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 90 dias contados do(a) assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação detalhada desta contratação, bem como a memória de cálculo para a definição dos quantitativos e a justificativa para o parcelamento do objeto, encontram-se pormenorizadas nos **Tópicos 1 (Descrição da Necessidade), 2 (Alinhamento entre a contratação e a Administração), 4 (Estimativa das Quantidades) da Seção II e 3 (Escolha da Solução) da Seção III** do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo a este processo digital licitatório.

2.2. A presente contratação encontra-se devidamente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA 2026) do Município de Foz do Iguaçu, registrada no sistema municipal sob o **Planejamento de Contratação nº 832/2026**. A demanda foi formalizada através da **Declaração de Formalização de Demanda (DFD) nº 5991/2026**, a qual encontra-se devidamente publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) sob os **IDs 8212 e 8213**. Visando complemento da instrução e transparência, o extrato/espelho do PCA, e a comprovação material da publicação no PNCP, ambos

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

1 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

com o mesmo código de planejamento de contratação 832/2026, foram devidamente juntados ao presente processo digital como anexos.

- **Motocicleta:** ID 8212;
- **Baú de Ferramentas:** ID 8213.

O objeto está em estrita consonância com os seguintes instrumentos de planejamento e legislação:

- **Plano Plurianual (PPA):** A aquisição contribui diretamente para os objetivos estratégicos dos programas "Gestão e Manutenção do Planejamento Urbano e Captação de Recursos" e "Gerenciamento Ambiental".
- **Fundamentação Legal e Orçamentária:** A contratação possui amparo na Política Municipal do Meio Ambiente (Lei Complementar nº 342/2020), que determina a destinação de 30% dos valores arrecadados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente (FMMA) para a estruturação e instrumentalização do órgão de fiscalização ambiental. O uso da dotação orçamentária do FMMA foi devidamente aprovado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAFI).

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO COMO UM TODO CONSIDERADO O SEU CICLO DE VIDA E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. Os objetos que fazem parte da aquisição devem ser fornecidos de forma completa e íntegra, contemplando as seguintes especificações:

3.1.1. Motocicletas trail 0km

3.1.1.1. Características Técnicas e Motorização

01	Quantidade	04 unidades
02	Tipo de Motor	04 tempos, OHC ou DOHC, refrigerado a ar ou líquido
03	Cilindrada	Mínimo de 260 cc
04	Potência	Mínimo de 20 cv
05	Torque	Mínimo 2,00 kgf.m a 5.750 rpm
06	Sistema de Alimentação	Injeção eletrônica
07	Sistema de Partida	Elétrica
08	Transmissão	Mínimo de 05 velocidades

3.1.1.2. Chassi, suspensão e freios

01	Tipo de Chassi	Trail
02	Suspensão Dianteira	Telescópica com curso mínimo de 220 mm
03	Suspensão Traseira	Curso mínimo de 200 mm
04	Freios	Freios a disco
05	Rodas	Raiadas, Dianteira 19" ou 21" e Traseira 17" ou 18"
06	Pneus	Fornecimento obrigatório de pneus, novos e instalados, do tipo

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

2 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>





Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

		Uso Misto (Mínimo de 50% On-Road / Máximo 80% On-Road) em ambas as rodas.
07	Faróis	LED ou lâmpada halógena de alta intensidade

3.1.1.3. Capacidade e Dimensões

01	Capacidade do Tanque	Mínimo 7.5 L
02	Peso Seco	Mínimo 120 KG
03	Cor	Cores sóbrias, preferencialmente Branca, Preta ou Vermelha

3.1.1.4. Documentação e Garantia

01	Registro/Emplacamento	O preço deverá incluir todas as taxas de registro e emplacamento (primeiro registro) no DETRAN/PR, em nome do Município de Foz do Iguaçu, isentando a Contratante de quaisquer custos adicionais neste item.
02	Garantia	Mínimo de 12 (doze) meses ou 10.000 km , o que ocorrer primeiro, contra defeitos de fabricação, sendo de responsabilidade da Contratada a prestação dessa garantia por meio de rede autorizada em Foz do Iguaçu ou região.
03	Manual e Chave Reserva	Fornecimento obrigatório do Manual do Proprietário (em português) e 02 (duas) chaves originais (uma principal e uma reserva) por motocicleta.
04	Fornecimento	As motocicletas deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, revisadas e prontas para rodar, com os fluidos e pneus calibrados.

3.1.2. Baú de Ferramentas p/ Caçamba

3.1.2.1. Características Físicas e Estruturais

01	Quantidade	01 unidade
02	Material de Fabricação	Plástico injetado de engenharia
03	Capacidade Volumétrica	Mínimo de 250 litros
04	Acabamento	Plástico/polímero injetado
05	Vedações	Sistema de vedação contra água e poeira
06	Cantoneiras e Reforços	Plástico
07	Alças	Alças laterais em metal ou polímero de alta resistência

3.1.2.2. Segurança e Fixação

01	Sistema de Travamento	Duas travas laterais com chave
----	-----------------------	--------------------------------

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

3 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

02	Segurança Adicional	Travamento com chaves e trancas
03	Fixação	Kits específicos para L200Triton, fixados nos ganchos da caçamba
04	Abertura	Tampa Injetada

3.1.2.3. Acessórios e Documentação

01	Garantia	Mínimo de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, incluindo falhas na vedação e nas ferragens/fechaduras.
02	Instalação	Não há necessidade de instalação por parte da fornecedora.

3.2 Justificativa técnica para a escolha dos requisitos: Os requisitos e as especificações técnicas detalhadas para a aquisição das motocicletas e do baú (tais como a cilindrada mínima de 260 cc, potência, torque, curso de suspensão, peso seco mínimo, capacidade do tanque, pneus de uso misto e exigência de assistência técnica) foram definidos de forma estritamente alinhada com as necessidades operacionais da Administração Pública e com a realidade do mercado atual, não configurando qualquer restrição indevida à competitividade.

- **Parâmetros de Mercado (Ampla Competitividade):** Conforme demonstrado no Relatório de Pesquisa de Preços e nos catálogos de fabricantes anexados a este processo licitatório, as especificações técnicas adotadas refletem padrões usuais de mercado. A pesquisa prévia constatou que os requisitos estabelecidos abrangem as principais marcas do setor automotivo, as quais possuem modelos em linha de produção capazes de atender simultaneamente a todas as exigências, garantindo a ampla disputa no certame.
- **Características e Necessidades do Serviço (Adequação ao ETP):** Os índices mínimos de desempenho (como cilindrada, torque, robustez de suspensão e pneus de uso misto) foram extraídos das necessidades práticas identificadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP). As atividades de campo exigem veículos com potência e estabilidade adequadas para o tráfego diário em diferentes tipos de vias urbanas e rurais do município, garantindo a segurança dos servidores, a durabilidade do patrimônio público e a eficiência na prestação do serviço.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- **Sustentabilidade**
 - **Crítérios de Sustentabilidade Incorporados:** A exigência de **Motocicletas 0 km com sistema de Injeção Eletrônica** atende ao princípio da eficiência energética e da redução da emissão de poluentes, uma vez que motores novos e injetados são mais econômicos e menos poluentes que modelos carburados, contribuindo para a qualidade do ar no município.
 - **Logística Reversa:** A Logística Reversa **não se aplica** ao escopo desta contratação. O objeto consiste na aquisição de bens de capital (motocicletas e baú), não caracterizando a inserção de produtos no ciclo de consumo que obrigue o fornecedor a estruturar o retorno após o uso. A responsabilidade pelo descarte final dos bens, após o encerramento de sua vida útil, será tratada por meio de um planejamento de descarte e gestão de resíduos própria da Secretaria, não sendo um encargo da empresa Contratada.

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

4 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

• Licitação por Lotes

O processo licitatório será realizado por meio de **Licitação por Lotes**, com critério de julgamento pelo **menor preço por lote**, dividindo-se o objeto em 02 (dois) lotes distintos e autônomos:

- **Lote 1:** 04 unidades de Motocicletas Trail 0 km (composto pelo Item 01 da tabela de preços);
- **Lote 2:** Baú de Ferramentas para Caçamba (composto pelo Item 02 da tabela de preços).

Justificativa do Parcelamento: A divisão em lotes fundamenta-se no princípio do parcelamento, visto que os objetos são **tecnicamente independentes e autônomos**. Esta modelagem justifica-se, pois:

- **Especialização de Mercado:** Permite que revendas de veículos disputem o Lote 1 e fornecedores de acessórios automotivos/ferramentaria disputem o Lote 2, sem que um dependa do outro para a execução.
- **Ampliação da Competitividade:** Evita a restrição de participação de empresas que não comercializam ambos os produtos simultaneamente, garantindo a obtenção da proposta mais vantajosa.
- **Autonomia dos Objetos:** A entrega, garantia e manutenção das motocicletas não possuem dependência técnica com o fornecimento ou instalação do baú na caminhonete L200 Triton.

4.1. Critérios de Sustentabilidade

Considerando a natureza do objeto desta licitação – Aquisição de bens de capital (Motocicletas e Baú), e o fato de que os critérios de sustentabilidade mais relevantes já foram incorporados nas especificações técnicas do objeto (Motorização com Injeção Eletrônica e exigência de bens novos), não há a necessidade de inclusão de requisitos ambientais adicionais baseados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, além dos já previstos.

Essa decisão se justifica pela ausência de critérios específicos do Guia que se apliquem de forma prática e pertinente a esta categoria de bens, conforme disposto no art. 45, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Exclusividade ou não da Licitação para ME/EPP (Lei 123/06)

4.2.1. Lote 01 (Motocicletas)

Não se aplica a reserva de cota de até 25% para ME/EPP prevista no art. 48, III, da LC nº 123/06, com fulcro na exceção do art. 49, III, do mesmo diploma legal, haja vista que a divisão do objeto prejudicaria a economia de escala e a eficiência administrativa, conforme motivação concreta a seguir:

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

5 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ



- **Prejuízo à Economia de Escala:** O quantitativo total da contratação é de apenas 04 (quatro) unidades. O desmembramento deste montante para a criação de uma cota reservada de 25% resultaria na licitação isolada de 01 (uma) única motocicleta. Comercialmente, a aquisição unitária de veículos impede que a Administração obtenha descontos progressivos por volume (preço de frota) junto aos fabricantes ou grandes distribuidores, encarecendo o custo unitário por unidade e violando o princípio da economicidade.
- **Necessidade de Padronização e Risco de Heterogeneidade da Frota:** Sendo o objeto adjudicado por itens separados dentro da cota, há o risco iminente de que empresas distintas saírem-se vencedoras utilizando marcas e modelos diferentes. Para uma frota operacional reduzida (04 unidades), a heterogeneidade (convivência de modelos distintos) gera severos prejuízos operacionais:
 1. *Manutenção e Estoque:* Impossibilita a unificação de componentes e a intercambialidade de peças de reposição (filtros, pastilhas, cabos), obrigando o Município a gerenciar contratos de manutenção com redes autorizadas distintas.
 2. *Treinamento Operacional:* Exige a duplicidade de instruções operacionais para os servidores da fiscalização que se revezam na condução dos veículos.
 3. *Disponibilidade da Frota:* A unificação em um lote integral garante que todas as 04 motocicletas possuam idênticas características de torque, potência e ciclística, otimizando o gerenciamento logístico da Divisão de Fiscalização Ambiental (DVFAP).

4.2.2. Lote 02 (Baú de Ferramentas):

Este lote será **100% EXCLUSIVO** para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, I, da LC nº 123/2006.

- **Justificativa de Mercado:** O objeto consiste em acessório automotivo de fabricação, comércio e montagem comum, mercado este que possui ampla capilaridade local e regional, com número superior a 03 (três) fornecedores competitivos aptos estabelecidos na região, atendendo ao art. 49, I, da LC nº 123/06.
- **Prioridade Territorial e Região:** Em estrita observância ao **Decreto Municipal nº 32.397/2024, Lei Complementar 369/2022**, fica estabelecida a prioridade de contratação para ME/EPP sediadas local ou regionalmente. Para fins de aplicação do direito de preferência (critério de desempate de até 10%), define-se objetivamente como extensão territorial aplicável **Foz do Iguaçu**.

4.2.3. Justificativa do Afastamento (Art. 49):

Ressalvados os pontos acima, não foram identificadas outras situações de dispensa do tratamento diferenciado previstas no Art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo a modelagem adotada a que melhor concilia o incentivo às pequenas empresas com a eficiência e economia administrativa.

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

6 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>





Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

4.3. Indicação de Marcas ou Modelos

Na presente contratação, de forma geral, não será admitida a indicação de marca, característica ou modelo específico para os objetos a serem adquiridos. A contratada poderá ofertar qualquer solução que atenda integralmente às especificações técnicas descritas neste Termo de Referência, visando garantir a ampla competição.

Exceção de Compatibilidade: Exclusivamente para o **Lote 2 (Baú de Ferramentas)**, a especificação do veículo **L200 Triton** serve como parâmetro de **compatibilidade física e técnica**, visto que o acessório deve ser obrigatoriamente compatível com os pontos de fixação e dimensões da caçamba da caminhonete já pertencente à frota da Secretaria. A menção ao modelo do veículo no Lote 2 não restringe a marca do baú a ser fornecido, desde que o produto ofertado apresente o kit de fixação específico para o modelo de caminhonete indicado e atenda às demais exigências de vedação e capacidade.

4.4. Da Vedação de Utilização de Marca/Produto

Não se aplica à presente contratação, pois não há registro de processo administrativo prévio que tenha resultado na vedação de qualquer marca ou produto para o objeto em questão.

4.5. Da Exigência de Amostra

A Administração **dispensa a exigência de amostras** prévias para os itens licitados (motocicletas e baú), por entender que a solicitação, neste caso, resultaria em custos e morosidade desnecessários ao procedimento licitatório.

A justificativa para a não exigência de amostras fundamenta-se nos seguintes pontos:

1. **Economia Processual e Celeridade:** A exigência de amostras demandaria a criação de um procedimento administrativo adicional de avaliação e parecer técnico, gerando custos operacionais e atrasos na aquisição, em desacordo com os princípios da **Economicidade** e da **Celeridade**.
2. **Suficiência da Especificação Técnica:** As especificações detalhadas no item 1.2 deste Termo de Referência (Motocicletas 0 km, Baú) são suficientemente claras e restritivas para garantir a qualidade e a adequação do objeto, permitindo a verificação da conformidade apenas por meio da documentação.
3. **Natureza e Quantidade do Objeto:** Dada a **baixa quantidade** de itens a serem adquiridos (04 Motocicletas, 01 volumes unitários de Baú), a verificação de conformidade será plenamente realizada na fase de **Recebimento Definitivo**.
4. **Conferência Imediata no Recebimento:** Será adotado o procedimento de conferência rigorosa de **100% dos itens** no ato do recebimento, onde a equipe designada verificará um por um se os bens entregues correspondem exatamente às especificações técnicas e de customização solicitadas. A não conformidade de qualquer item ensejará a rejeição imediata do lote ou do item específico.

Dessa forma, a **Qualidade e Conformidade** dos produtos serão garantidas por meio de: **Rigorosa Análise Documental** dos bens ofertados durante a fase de Habilitação e Julgamento das propostas e

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

7 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTÉ TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTÉ TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

de **Fiscalização Detalhada** da totalidade dos itens no momento da entrega, pelo Gestor e Fiscais do Contrato.

- **Subcontratação**

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

- **Garantia da contratação**

4.7. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.8. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

4.9. **Da Garantia Contratual dos Produtos**

- **Obrigatoriedade:** Como condição indispensável para a aceitação do objeto, a Contratada deverá fornecer garantia técnica para todos os itens
- **Prazo Mínimo:** A garantia deverá ser de, no mínimo, **12 (doze) meses** ou **10.000 km** para as motocicletas (o que ocorrer primeiro), e de **12 (doze) meses** para o baú de ferramentas, contados a partir do Recebimento Definitivo.
- **Abrangência:** A garantia deve cobrir defeitos de fabricação, falhas de vedação, ferragens e componentes mecânicos, sem qualquer ônus adicional para o Município
- **Assistência Técnica Local:** Para o **Lote 1 (Motocicletas)**, a licitante deverá garantir a prestação dos serviços de manutenção em rede autorizada situada em **Foz do Iguaçu ou região**, visando a celeridade do suporte e a continuidade do serviço público.
- **Substituição de Peças:** Durante o período de garantia, peças com vício ou defeito deverão ser substituídas por itens **novos e originais**, mantendo o padrão de qualidade do fabricante.

4.10. **Da Justificativa Técnica e Viabilidade da Assistência Técnica Local/Regional**

A exigência de assistência técnica autorizada ou credenciada no município de Foz do Iguaçu ou região justifica-se pela natureza essencial das atividades de fiscalização ambiental da SMMA. O afastamento prolongado de motocicletas da frota operacional para deslocamentos geraria: Prejuízo direto à continuidade das inspeções diárias e ao atendimento de denúncias da população; Custos adicionais e não previstos com transporte, guincho, diárias e deslocamento de servidores; Desgaste prematuro do patrimônio público antes mesmo da realização dos reparos.

Da Ampla Competitividade e Capilaridade de Mercado: A Administração ratifica que tal exigência não restringe a competitividade do certame. Conforme levantamento prévio e mapeamento

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

8 / 19



Autenticado com senha por JOHNYS FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNYS FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

de mercado realizado por esta Divisão de Planejamento, as principais marcas de motocicletas que atendem aos requisitos mínimos deste TR possuem concessionárias autorizadas estabelecidas e consolidadas no município de Foz do Iguaçu e em municípios limítrofes (região oeste do Paraná), assegurando que múltiplos fabricantes e fornecedores tenham plena capacidade de participar da disputa.

Da Alternativa de Eficácia Célere (Garantia de Isonomia): Visando assegurar a mais ampla competição e não vincular o certame a um fabricante específico, fica estabelecido que, caso a licitante vencedora comercialize marca que não possua concessionária própria instalada em Foz do Iguaçu, **será admitida a indicação, indicação formal ou credenciamento de oficina mecânica local autorizada** pelo fabricante ou formalmente vinculada à contratada, desde que esta possua capacidade técnica comprovada para realizar as revisões periódicas obrigatórias, manutenções preventivas e corretivas e a aplicação de peças originais sob o amparo da garantia contratual, sem perda de cobertura para o Município.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

• Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Diretoria de Manutenção de Equipamentos e Controle de Frotas – Av. José Maria de Brito, 448 – Jardim das Nações.

• Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.4.1. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

9 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

10 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

6.7. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto na legislação municipal, em especial o Decreto Municipal nº 32.398/2024.

6.8. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal do Contrato, designado em portaria específica, ou por seu substituto.

Compete ao Fiscal do Contrato, sem prejuízo das atribuições do Gestor, realizar o acompanhamento **técnico e administrativo** da execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

Quanto ao acompanhamento técnico, compete ao fiscal:

6.8.1. Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8.2. Caso identificar qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8.3. Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.8.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.9. Quanto ao que compete administrativamente, o fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.9.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.10.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

11 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme as competências definidas na legislação municipal.

6.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.10.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atestado de cumprimento de obrigações.

6.10.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.11. O fiscal do contrato, em suas atribuições administrativas, comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.12. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.13. Designação do Gestor e Fiscal: Conforme Portaria nº 83393, de 03 de dezembro de 2025, a gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pelos seguintes servidores: Gestor do Contrato: Jean Carlos Xavier Peixoto, matrícula nº 9584.01, Agente Fiscal de Preceitos Sênior; Fiscal do Contrato: Jurandir do Carmo Oliveira, matrícula nº 8223.01, Agente Fiscal de Preceitos Sênior.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

• Do Recebimento

7.1. O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma, na hipótese de fornecimento de bens:

- provisoriamente**, de forma sumária, pelo fiscal técnico ou fiscal técnico setorial, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
- definitivamente**, pelo fiscal e gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo deverão ser definidos no instrumento convocatório e/ou no contrato.

7.2. No termo detalhado deverá conter no mínimo as seguintes informações: data e horário do recebimento, quem realizou a entrega, como foi entregue o produto, marca ou modelo, número de série, número do termo do contrato e/ou da nota de empenho, prazo de execução e prazo de vigência do contrato.

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

12 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

7.3. Sempre que possível, o termo detalhado deverá ser apresentado com fotografias e demais documentos pertinentes.

7.4. Caso no contrato haja fiscal técnico e administrativo, o termo de recebimento deverá ser subscrito pelos dois de acordo com as competências de cada.

7.5. A Comissão será designada por no mínimo dois servidores, um deles obrigatoriamente sendo o fiscal técnico do contrato, para os casos de contratações de fornecimento que ultrapassem 10 (dez) vezes o valor no inciso I do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.6. O objeto do contrato deverá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da entrega dos bens a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. A depender da previsão contratual, não poderá acontecer o recebimento parcial do objeto.

7.9. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos de:

I - Aquisição de gêneros perecíveis, alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares;

II - Serviços e compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou único recebimento dos bens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.13. Emitir-se-á o documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.14. Realizar-se-á a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

13 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

7.15. Comunicar-se-á a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.16. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e posteriormente para a Seção de Pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez, qualidade e segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

• Liquidação

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

7.21. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, o prazo será reduzido pela metade.

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.22.1.** O prazo de validade;
- 7.22.2.** A data da emissão;
- 7.22.3.** Os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.22.4.** O período respectivo de execução do contrato;
- 7.22.5.** O valor a pagar; e
- 7.22.6.** Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, **reiniciando-se o prazo** após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu ou SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

14 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

7.26. Constatando-se, junto ao Sistema de Cadastro da Prefeitura de Foz do Iguaçu SICA, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICA.

• Prazo de Pagamento

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do Decreto Municipal nº 32.398/2024.

7.31. Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.

7.32. No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.

7.33. Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, deve incidir sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso, adotando o índice mais favorável à Administração.

• Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por





Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

• Do Critério de Reajuste/Repactuação

7.39. O contrato, desde que cumprido, não necessita de cláusula de reajuste/repactuação.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. Da Modalidade, Critério de Julgamento e Modo de Disputa

- **Modalidade:** O procedimento licitatório será realizado na modalidade **Pregão, na forma Eletrônica**, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021.
- **Critério de Julgamento:** Será adotado o critério de **Menor Preço por Lote**.
- **Modo de Disputa:** O modo de disputa será o **Aberto**, permitindo o envio de lances sucessivos e públicos pelos licitantes.

8.2. Dos Critérios Objetivos de Aceitabilidade da Proposta

- A proposta financeira deverá conter a descrição clara e detalhada do objeto ofertado (marca, modelo e ano de fabricação), sob pena de desclassificação.
- Os preços propostos não poderão ultrapassar os valores máximos unitários e globais estabelecidos na pesquisa de preços que instrui este processo.

8.3. Da Habilitação e Qualificação Técnica

- **Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação através da apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de desempenho anterior, comprobatório da capacidade técnica para atendimento ao objeto da presente licitação;**
- **Garantia de Conformidade:** A conformidade técnica e a qualidade do objeto serão aferidas no ato do recebimento por meio de comissão de recebimento designada, mediante inspeção detalhada em estrita observância às especificações deste Termo de Referência.

8.4. Da Documentação Técnica Mínima de Aceitabilidade Como condição para a aceitabilidade da proposta e para comprovar que os produtos ofertados atendem integralmente aos requisitos mínimos exigidos neste TR, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, os seguintes documentos:

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

16 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

- **Catálogo Técnico Próprio e/ou Encarte do Fabricante:** Documentação oficial do fabricante da motocicleta e do baú, contendo as especificações técnicas detalhadas que comprovem o atendimento a todos os itens descritos no memorial descritivo deste TR.
- **Manual do Proprietário/Usuário:** Cópia digital do manual oficial do veículo (ou indicação do link oficial para consulta eletrônica), emitido pela montadora, que ateste as capacidades de carga, potência, torque e as diretrizes de garantia e assistência técnica autorizada.
- **Declaração de Assistência Técnica:** Declaração formal emitida pelo licitante indicando os dados da oficina/concessionária autorizada pela rede do fabricante em Foz do Iguaçu ou região, que prestará o suporte de garantia e as revisões periódicas necessárias.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 141.070,16 (cento e quarenta e um mil e setenta reais e dezesseis centavos)**, conforme custos unitários apostos na nos anexos (relatório de pesquisa de preço).

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.3. Matriz de Alocação de Riscos:

Evento de Risco	Causa do Risco	Impacto Potencial	Ação Preventiva/Corretiva	Responsabilidade e (alocação)
Atraso na Entrega	Problemas na produção, logística ou transporte.	Aplicação de penalidades e prejuízo à utilização dos bens pela Secretaria.	Previsão de penalidades no edital e exigência de comunicação prévia de 05 dias úteis.	Contratado
Vício/Defeito do Objeto	Falha de fabricação ou inadequação do bem (Motocicleta e Baú).	Necessidade de substituição/reparo e indisponibilidade de uso.	Exigência de garantia mínima de 12 meses e substituição de peças por novas e originais.	Contratado
Alteração Tributária/Oscilação da moeda/econômica	Mudança na legislação federal, estadual ou municipal após a apresentação da proposta. Oscilação cambial que impacta o preço de componentes importados.	Aumento ou diminuição do custo de insumos, impostos ou encargos. Aumento do custo de aquisição do bem (especialmente Motocicletas e Baú).	Pedido de suplementação conforme legislação aplicável para o fundo e atualização de documentação.	Contratante
Não conformidade dos itens	Bens entregues não atendem às especificações técnicas do TR.	Rejeição do objeto e aplicação de sanções.	Verificação rigorosa de 100% dos itens no recebimento definitivo e recusa	Contratado

"Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza"

17 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

			imediate.	
--	--	--	-----------	--

A Matriz de Riscos para esta contratação, cujo objeto é a aquisição de bens, destina-se a estabelecer a alocação objetiva dos riscos contratuais entre a Administração (Contratante) e o Fornecedor (Contratado), com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e à segurança jurídica.

A alocação de responsabilidades apresentada na Matriz de Riscos (Tabela acima) foi considerada na estimativa de custo desta contratação, em consonância com o Art. 22 e Art. 103, §3º, da Lei nº 14.133/2021.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Foz do Iguaçu/PR e será atendida pela(s) seguinte(s) dotação(ões):

- Unidade Orçamentária: 18.007 – Secretaria Municipal do Meio Ambiente – Fundo Municipal do Meio Ambiente
- Função: 18 – Gestão Ambiental
- Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
- Programa: 0340 – Cuidado com o Meio Ambiente
- Proj/Ativ: 2251 – Gestão do Fundo Municipal de Meio Ambiente
- Natureza: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos de Material Permanente

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Foz do Iguaçu, 18 de junho de 2026.

Datado e assinado digitalmente

Elaborado por:

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

18 / 19



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNSY FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTE TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em <https://sistemas.pmf.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



Prefeitura do Município de Foz

ESTADO DO PARANÁ

Jean Carlos Xavier Peixoto
Agente Fiscal de Preceitos Sênior

Patrícia Pamela Cornelio
Diretora de Fiscalização - DIFI

Aprovado por:
Johnys Freitas
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Magda Odette Trindade
Secretária Municipal de Finanças e Orçamento



89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed

“Cataratas do Iguaçu uma das novas Sete Maravilhas da Natureza”

19 / 19



Autenticado com senha por JOHNYS FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 18/06/2026 às 13:21:36, JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO - SIGNATÁRIO - 18/06/2026 às 13:24:54, PATRICIA PAMELA CORNELIO - DIFI - DIRETORA DE FISCALIZAÇÃO - 18/06/2026 às 13:28:59 e MAGDA ODETTÉ TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 18/06/2026 às 13:44:53
Documento Código: 89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4 - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>



Autenticado com senha por JOHNYS FREITAS - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - 26/06/2026 às 13:47:30, LARISSA FERREIRA - SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS - 26/06/2026 às 14:15:36 e MAGDA ODETTÉ TRINDADE - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - 26/06/2026 às 14:19:34
Documento Código: 58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed - consulta à autenticidade em
<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/RP/SIDPublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**

Número: **24/2026**

Assunto: **TERMO DE REFERÊNCIA - LICITAÇÃO MOTOS E BÂU DIFI**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmfi.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
89e96ab4-ec5a-4b89-b80c-7936107113a4

Hash do Documento

6FEC8D64D6726006E630740D530CEDCD535087DE2C82DE5B3AF582E8C4B8C266

Anexos

1.4 - TR COMPRAS-MOTOS DIFI JUNHO 2026.pdf - **465d2eca-7b27-4bbc-8df0-2d2824c65d14**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 18/06/2026 é(são) :

JEAN CARLOS XAVIER PEIXOTO (Signatário) - CPF: ***88860906** em 18/06/2026 13:24:54 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

PATRICIA PAMELA CORNELIO (Signatário) - CPF: ***92292909** em 18/06/2026 13:28:59 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

JOHNYS FREITAS (Signatário) - CPF: ***63189920** em 18/06/2026 13:21:36 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

MAGDA ODETTE TRINDADE (Signatário) - CPF: ***00156920** em 18/06/2026 13:44:53 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTE DOCUMENTO ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.



58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed





58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

Tipo: **EDITAL**

Número: **39/2026**

Assunto: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 392026**

O documento acima foi proposto para assinatura eletrônica na plataforma **SID** de assinaturas.

Para verificar as assinaturas clique no link:

<https://sistemas.pmf.pr.gov.br/rp/sidpublico/verificar?codigo=58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed>

e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação:
58695938-a014-4e3e-91ae-13074e525fed

Hash do Documento

07D830CB9EFBC34BB3A94C5CA81C845691B057B63FE39AE476BBF8F79AA6CEBE

Anexos

EDITAL PE 039-2026.pdf - **58343e05-3a9b-45d4-9c46-ffbec299cda8**

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA.pdf - **943f2396-fdb4-41b7-8091-721cc667e286**

27 PARECER 369.pdf - **44da280b-7a0d-49c1-8e87-096cb93e6788**

28 RESPOSTA AO PARECER PGM 369-2026 SMFO.pdf - **45361172-e420-4f6e-a018-4c539b657df5**

39 DESPACHO- Nº 46-2026.pdf - **d87c521e-72b5-4de7-abc9-e22fddc2dc11**

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 29/06/2026 é(são) :

LARISSA FERREIRA (Signatário) - CPF: ***69692212** em 26/06/2026 14:15:36 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

MAGDA ODETTE TRINDADE (Signatário) - CPF: ***00156920** em 26/06/2026 14:19:34 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica

JOHNYS FREITAS (Signatário) - CPF: ***63189920** em 26/06/2026 13:47:30 - **OK**

Tipo: Assinatura Eletrônica



A ASSINATURA ELETRÔNICA DESTES DOCUMENTOS ESTÁ AMPARADA PELO:

DECRETO Nº 28.900, DE 20 DE JANEIRO DE 2021.

LEI Nº 4536, DE 4 DE SETEMBRO DE 2017.

Autoriza a utilização do meio eletrônico para a gestão dos processos administrativos e de documentos de arquivo, produzidos nos termos das Leis nºs 3.971, de 17 de abril de 2012 e 4.057, de 19 de dezembro de 2012, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Foz do Iguaçu.

